

Despacho n.º 8807/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de minha secretária pessoal Cristina Maria Urtigueira Duarte Gouveia Beirão Valente, assistente administrativa especialista, para o efeito requisitada aos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8808/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição de Artur Manuel Duarte dos Santos, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para exercer funções de motorista do meu Gabinete.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8809/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Joaquim Luís Fernandes Calé para prestar assessoria de imprensa ao meu Gabinete.

2 — O nomeado auferirá, a título de remuneração mensal, o montante equivalente à remuneração estabelecida para o cargo de adjunto, acrescido das correspondentes despesas de representação e dos subsídios de férias, de Natal e de refeição.

3 — Quando o nomeado se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro, tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

4 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8810/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Carlos Filipe Petronilho Oliveira para prestar assessoria de imprensa ao meu Gabinete.

2 — O nomeado auferirá, a título de remuneração mensal, o montante equivalente à remuneração estabelecida para o cargo de adjunto, acrescido das correspondentes despesas de representação, subsídio de férias, de Natal e de refeição.

3 — Quando o nomeado se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro, tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

4 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8811/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 3.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria da Conceição Pereira da Cunha Caldeira Cordovil Horta e Costa para exercer as funções de chefe do meu Gabinete.

2 — Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, fica a nomeada autorizada a exercer as actividades aí previstas, respeitadas que sejam os limites legalmente estabelecidos.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 8812/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, conjugado com a alínea f) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 73.º do Estatuto da Carreira Docente, nomeio o

Prof. Doutor Francisco Cabral Cordovil, professor associado, para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete, para o efeito requisitado ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

2 — O nomeado opta pela remuneração correspondente ao lugar de origem, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, à qual acresce o montante devido a título de despesas de representação.

3 — O nomeado fica autorizado a exercer as actividades a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, respeitadas que sejam os limites legalmente estabelecidos.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

12 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Curriculum síntese em Março de 2005 de Francisco Cabral Cordovil

Nascido em Lisboa em 17 de Fevereiro de 1950.

Licenciado (1975) e doutorado (1992) em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa.

Funções actuais:

Professor associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e da Empresa (ISCTE);
Presidente do Departamento de Economia do ISCTE;
Investigador do DINÂMIA — Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica.

Funções e actividade profissional anteriores:

Director-geral do Desenvolvimento Regional e, por inerência, presidente da comissão de gestão e da comissão de acompanhamento do QCA III (de Setembro de 2000 a Fevereiro de 2003);
Director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do MADRP (1998-2000);
Membro efectivo do Conselho Económico e Social (1999-2003);
Coordenador do grupo de trabalho Agenda 2000/Reforma da PAC (1997-1999). Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (1996-98);
Professor do ISCTE (professor associado desde Agosto de 2002; professor auxiliar em 1992-2002);
Assistente do ISCTE (1979-1991);
Bolsista e técnico do Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência (1973-79).

Principais áreas de ensino como docente universitário — Economia Regional e Agrária, Economia Portuguesa, Economia e Políticas Europeias e Métodos e Fontes de Investigação.

Principais publicações:

A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia. Factos e Políticas. Futuro e Opções, coord. e co-autoria com Bruno Dimas, Rui Alves e Daniel Baptista, trabalho agraciado *ex aequo* com o Prémio Jacques Delors do ano 2003, ed. de CIJ Delors e Principia, Maio de 2004;
Characterisation of Density Population Areas According to the Labour Forces Survey (LFS) (dois vols.), coord. e co-autoria com Joaquim Bernardo e José Santandré, Lisboa, DINÂMIA, Setembro de 1998;
Desenvolvimento Rural: Novas Realidades e Perspectivas, coord. técnico-científica com Manuel J. Rosa, Lisboa, DGD Rural, Novembro de 1997;
«A (sócio)economia da agricultura portuguesa nos anos 80: factos e ideias», in *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 121, 1993;
Estratégias Produtivas e Rendimentos Agrícolas (três vols.), tese de doutoramento em Economia, defendida no ISEG/UTL em Junho de 1992;
«Especialização internacional, regulação económica e regulação social», em co-autoria com José M. Félix Ribeiro, Eduardo Ferro Rodrigues, Carlos Figueiredo e Lino Fernandes, in *Análise Social*, n.ºs 87, 88 e 89, 1985;
Estrutura das Explorações Agrícolas — O Produto Agrícola Bruto como Instrumento de Análise e Determinação — Ensaio para 1968-70, CEEA/IGC, Oeiras, 1979.

Despacho n.º 8813/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição do motorista de ligeiros do Ministério da Agricultura,